

Adolescentes em processo de exclusão social

Ana Paula de Oliveira Corti*

Este texto tem como objetivo central apresentar as teses e dissertações que tratam dos adolescentes em situação social precária, apontando possíveis avanços e limites colocados pelos trabalhos, a fim de vislumbrar com maior clareza o processo de construção deste campo temático de pesquisa em educação. Para tanto, foram esboçadas algumas considerações iniciais seguidas de uma descrição mais detida daquilo que se convencionou chamar de subtemas, ou seja, subdivisões no interior do tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*; por fim, fez-se um breve balanço conclusivo destinado a apontar as lacunas e as características mais marcantes da produção discente da pós-graduação sobre Juventude nesse campo.

O conjunto analisado perfaz um total de 64 trabalhos,¹ sendo 57 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado, como se pode ver na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 – Distribuição da produção total em Juventude e no tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social, por nível de pós-graduação

NÍVEIS	JUVENTUDE		ADOLESCENTES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL	
	Nº	%	Nº	%
Mestrado	332	85,8	57	89,1
Doutorado	55	14,2	7	10,9
TOTAL	387	100	64	100

O tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* agrega trabalhos cujos sujeitos principais da investigação são, definidos de forma ampla, as crianças e adolescentes pobres em situação de risco. As designações utilizadas pelas teses e dissertações para definir o sujeito são variadas, o que, em parte, pode ser explicado pela variedade mesma das situações em que se encontra esse sujeito, que podem estar na condição de infratores, passando pelos meninos em situação de rua até as crianças e adolescentes trabalhadores.

Mas, em grande medida, a variedade de termos utilizada na definição dos sujeitos deve ser atribuída aos vários momentos políticos da discussão sobre a infância e juventude pobre no País. Nesse sentido, o grande divisor de águas responsável pela inflexão dos discursos sobre a infância e

* Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

¹ Não foi possível ter acesso a 17 exemplares completos entre os classificados nesse tema.

adolescência foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vigente desde 1990 e responsável por um grande avanço rumo à consolidação dos direitos da criança no Brasil.

Antes da promulgação do ECA, houve períodos de intensa discussão política envolvendo setores da sociedade civil dedicados ao trabalho com crianças e jovens excluídos e um questionamento central à estrutura do atendimento público oferecido a esse segmento, composto por instituições tradicionais de atendimento.

Ao mesmo tempo em que a discussão avançava no sentido de questionar as antigas premissas que norteavam os programas de atendimento e elaborar novas bases para projetos educativos, a complexidade da questão da infância pobre, em suas diversas faces, foi adquirindo visibilidade. Assim, de menor carente e abandonado, surgiram os meninos e meninas de rua e as crianças e adolescentes “em situação de risco”, expressão bastante utilizada atualmente pelos organismos internacionais. Na verdade, tratava-se de alterar a forma de compreensão desses fenômenos e de resgatar a noção de direitos negada, também, no modo como a sociedade e o Estado designavam esses sujeitos.

O interesse dos pesquisadores alunos da pós-graduação concentrou-se na faixa etária que antecede a maioridade, conforme o recorte proposto pela legislação. Trata-se de um conjunto amplo de estudos onde não se distingue claramente as crianças dos adolescentes. Se, por exemplo, as novas formas de identificação dos sujeitos – meninos e meninas de rua – tentaram demarcar um novo campo para o tratamento político, sob o ponto de vista da produção do conhecimento outras lacunas foram criadas. Tratava-se, ainda, de modos bastante homogêneos de aproximação de processos que têm por pano de fundo fases de vida razoavelmente distintas entre si.

As situações de pobreza e de exclusão são definidoras do recorte dos pesquisadores quanto aos sujeitos investigados, dificilmente aliadas aos momentos do percurso de vida, ao pertencimento etário e às características e representações construídas socialmente sobre as idades na nossa sociedade. Há, de fato, alguns problemas nesse tipo de tratamento do tema. De um lado, porque a imprecisão na qualificação da condição social é muito grande: os sujeitos podem ser pobres, carentes, excluídos, trabalhadores, marginais, delinqüentes, entre outras denominações. Não se evidencia qualquer preocupação em estabelecer rigor no interior das categorias adotadas para a condução da investigação. Mais ainda: o tema da exclusão ou “situação de risco” passa a recobrir todas as situações, tornando-se, pelo modo como tem sido usada, uma designação abstrata e, praticamente, uma condição metafísica do sujeito, que não revela, de fato, processos sociais que articulam, de modo tenso, aspectos de inclusão e situações excludentes cuja duração no tempo é variável, conforme já foi observado no texto introdutório deste estado do conhecimento. Mas, dificultando ainda uma compreensão mais analítica de processos sociais complexos, crianças e adolescentes passam a ser tratados como um bloco homogêneo que desconsidera os momentos e as peculiaridades em que os sujeitos se encontram realmente mergulhados. Por essas razões, a criança e o adolescente pobres assumem visibilidade mais como alvos de proteção e cuidados do que como grupos etários socialmente construídos e, nessa condição, como sujeitos portadores de direitos.

A palavra exclusão, carregada de significados diversos na literatura, representa sobretudo, na maioria dos estudos, a precariedade vivida pelos jovens que, de alguma forma, não têm seus direitos respeitados e enfrentam dificuldades maiores que outros para se integrar à sociedade em suas diversas esferas. Assim, a situação experimentada pelo adolescente é produto mais ou menos direto da ausência e/ou precariedade dos ligamentos sociais proporcionados por instituições como a família (entendida não de forma tradicional, mas ampliada na sua definição com os vínculos de parentesco, próximos ou longínquos, sejam eles consangüíneos ou não), a escola e o mundo do trabalho.

Na Tabela 2, a seguir, pode-se ter uma idéia da variabilidade dos termos usados pela produção discente para designar os sujeitos, bem como dos termos mais recorrentes nos trabalhos.

Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos focalizados pelos trabalhos relativos ao tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social, por subperíodo

SUJEITOS		SUBPERÍODOS				TOTAL
		1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Menor	De rua	0	0	0	1	1
	Carente	1	0	0	0	1
	Abandonado	0	1	1	0	2
	Mulher	0	1	0	0	1
	Infrator	1	0	0	0	1
	Institucionalizado	2	0	0	1	3
	Marginalizado	0	1	0	0	1
	Trabalhador	0	0	1	1	2
Menino/ Menina	De rua	1	1	1	15	18
	Em situação irregular	1	0	0	0	1
	Institucionalizado	0	0	0	1	1
Criança/ Adolescente/ Jovem	(não classificado)	0	0	0	1	1
	De rua	0	0	1	1	2
	Em situação de rua	0	0	0	3	3
	De baixa renda	0	0	0	2	2
	Trabalhador	0	0	0	8	8
	Institucionalizado	0	0	1	2	3
	Infrator	0	1	0	0	1
	Carente	0	1	0	0	1
	Pobre	0	0	0	2	2
	Excluído	0	0	0	1	1
Em situação de risco	0	0	1	4	5	
Infância	Pobre	0	0	0	2	2
TOTAL		6	6	6	45	63

Obs.: O tema reúne 64 trabalhos ao todo, mas em um deles não foi possível identificar o modo de definição do sujeito em razão da insuficiência de informações.

Na primeira coluna da tabela tem-se o sujeito abordado pela pesquisa e, na segunda, a qualificação dada pelo pesquisador a esse sujeito. Nota-se uma pulverização de termos (visto que a maioria deles só aparece em um único trabalho), mas percebe-se também a grande predominância das designações “menino(a) de rua”, presentes em 18 (29%) dos 63 trabalhos. É interessante salientar que os termos “menino de rua” ou “crianças de rua” surgem nas pesquisas já na primeira metade da década de 80, mas seu uso se multiplica na segunda metade da década de 90. Embora apareça em um contexto de negação do estigma radicado nas designações anteriores à nova legislação, essas expressões ainda são

objeto de críticas, pois, em alguns casos, evidenciariam, ainda, uma apreensão preconceituosa da criança ou adolescente investigado (Rosemberg, 1993; Tedrus, 1996²).

A utilização do termo “menor” para designar o sujeito se concentra nos trabalhos dos anos 80, sendo menos comum nos 90, em razão das discussões em torno do caráter depreciativo do termo. A crítica à designação “menor” denunciou sua utilização como forma de rotular e discriminar as crianças pobres. Dessa forma, elaborava-se uma noção paralela de infância para os pobres (o “menor”), em que o trabalho dos pequenos era visto de forma legítima, ao lado de uma concepção mais “genuína” de infância relativa às crianças das classes mais altas, estas sim sujeitos de direitos e proteção do mundo adulto.

Pode-se observar que as expressões menor/criança/adolescente/jovem carente, menor infrator, criança/adolescente/jovem infrator, menor marginalizado e menino/menina em situação irregular aparecem exclusivamente nos anos 80, enquanto os sujeitos criança/adolescente/jovem qualificados como de baixa renda, trabalhadores, em situação de rua, em situação de risco e pobres aparecem exclusivamente nas pesquisas da década de 90.

As crianças e adolescentes trabalhadores surgem como objeto de interesse dos pesquisadores nos anos 90, muito provavelmente em razão da promulgação do ECA, que deu início a uma discussão polêmica sobre o trabalho infanto-juvenil. Há aqui uma divisão entre as pesquisas interessadas em programas de atendimento dedicados ao ensino de uma profissão e aquelas interessadas na discussão do trabalho precoce, mas ambas preocupadas com o sujeito criança/adolescente trabalhador.

Outra característica importante dos trabalhos de pós-graduação é o ano em que foram defendidos. Para que se possa obter uma visão mais geral e menos fragmentada, os trabalhos foram agregados por subperíodos de cinco anos, restando somente o último grupo com quatro anos (1995-1998). A Tabela 3 traz os dados relativos à produção discente total em Juventude e os dados específicos dos trabalhos que focalizaram a questão da infância excluída.

Tabela 3 – Distribuição da produção discente em Juventude e no tema Adolescentes em Processo de Exclusão Social, por subperíodo

SUBPERÍODOS	JUVENTUDE	ADOLESCENTES EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL	
		Nº	%
1980-1984 (5 anos)	56	6	10,7
1985-1989 (5 anos)	73	6	8,2
1990-1994 (5 anos)	76	7	9,2
1995-1998 (4 anos)	182	45	24,7
TOTAL	387	64	16,5

A tabela mostra que o número de trabalhos pertinentes ao tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* permaneceu estável durante os 14 anos iniciais, que vão de 1980 a 1994, e apresentou um salto quantitativo no subperíodo 1995-1998. Embora o último quadriênio observado seja responsável por um aumento significativo na produção total sobre Juventude, nota-se que o aumento da produção no tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* foi bem maior, chegando a 24,7% dos trabalhos no tema Juventude. Esses últimos anos significaram para o tema em questão o período mais produtivo, pois 70,3% dos estudos foram realizados a partir de 1995. Assim, é possível concluir que o interesse dos pesquisadores da área de educação pelo tema dos adolescentes excluídos é recente e tem se expandido desde 1995, configurando um campo em rápida expansão.

² Em sua dissertação, Tedrus observa que crianças e adolescentes investigados se consideravam “de família” e não de “rua”, como alguns educadores os reconheciam.

As teses e dissertações estão distribuídas nas várias instituições sem que haja uma clara predominância em nenhuma delas. Assim, as universidades que possuem mais trabalhos sobre essa temática são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com seis, e a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com cinco trabalhos cada. Foi identificado somente um professor orientando três trabalhos no tema³ e cinco professores orientando dois trabalhos cada um.⁴ Isso aponta a inexistência de grupos de pesquisa mais consolidados nas instituições no que diz respeito à produção teórica sobre *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*. Essa dispersão é possivelmente responsável pelo isolamento em que se encontram as pesquisas, pois, como se poderá notar mais à frente, há uma repetição considerável de temas e problemáticas e um desconhecimento, por parte dos pesquisadores, da produção teórica em pós-graduação relativa ao seu objeto de estudo.

A fim de facilitar e aprofundar as análises sobre os trabalhos, optou-se por agrupá-los em torno de subtemas localizados a partir do eixo predominante do estudo:

- Projetos não-Estatais de Atendimento (19 trabalhos)
- Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público (14 trabalhos)
- Relação com a Escola e Trabalho (14 trabalhos)
- Perfil e Sociabilidade (10 trabalhos)
- Personalidade e Comportamento (7 trabalhos)

O subtema Projetos não-Estatais de Atendimento agrega trabalhos que focalizam programas dirigidos aos meninos de rua, crianças pobres, etc., que não sejam de iniciativa governamental, mas da sociedade civil. Estão reunidos desde trabalhos que abordam programas de atendimento tradicionais, como o do “Menor-Patrolheiro”, até aqueles implementados no âmbito das universidades ou pelo próprio pesquisador, como um trabalho de intervenção. Nota-se uma preocupação especial de alguns estudos com o papel do trabalho como elemento educativo a ser mobilizado pelos programas. Trata-se do subtema que possui o maior número de pesquisas, perfazendo 29,7% do total.

O subtema Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público reúne trabalhos que se concentram na análise do atendimento público às crianças pobres marcado pelos processos de institucionalização. Assim, são recorrentes os trabalhos que analisam a atuação do sistema Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor/Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Febem/Funabem), implementação estadual, e os sistemas municipais de atendimento. O foco recai sobre o programa público, mas as formas de indagá-lo são variadas: ora se questiona acerca dos impactos da institucionalização no destino dos sujeitos atendidos, ora acerca da adequação das práticas institucionais aos preceitos formalizados e, ainda, sobre a possível eficácia socializadora das instituições.

O subtema Relação com a Escola e Trabalho diz respeito às pesquisas que focalizam a relação do menor de rua, da criança/adolescente pobre, etc., com o processo de educação escolar e com o mundo do trabalho. Há, como nos outros subtemas, variabilidade nos enfoques, que dizem respeito, entre outros, à integração do adolescente institucionalizado à escola, à visão do menino de rua sobre a escola e ao tipo de inserção do jovem pobre no trabalho.

O subtema Perfil e Sociabilidade reúne trabalhos que se concentram na descrição das características de adolescentes infratores e/ou em situação de risco e nas experiências de sociabilidade construídas no cotidiano das ruas. Procura identificar as variáveis ou eventos biográficos que tenham relação com a entrada nas ruas.

³ Trata-se de Thereza Penna Firme, que orientou um doutorado e dois mestrados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

⁴ São eles: Luiz Cavaliari Bazílio, que orientou dois mestrados na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Maria Amélia G. de Castro Giovanetti, que orientou dois mestrados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Pedro Benjamin Garcia, com um mestrado na PUC-RJ e um doutorado na UFRJ; Alder Júlio F. Calado, com dois mestrados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e Mitsuko A. Makino Antunes, que orientou dois mestrados na PUC-SP. Há ainda os casos de Carmem Craidy e Lúcia Maria Moysés, que fizeram seus doutorados e, posteriormente, tornaram-se orientadoras nesse mesmo tema, cada uma sendo responsável pela orientação de uma dissertação de mestrado.

O subtema Personalidade e Comportamento agrega pesquisas sobre os valores, auto-estima, sexualidade, desenvolvimento moral e características das famílias de jovens em processo de exclusão social, com ênfase na abordagem psicológica dos sujeitos.

Na Tabela 4, pode-se visualizar a distribuição desses eixos de investigação por subperíodo. Com exceção de Personalidade e Comportamento, nota-se em todos os subtemas, como era de se esperar, uma frequência maior de trabalhos no subperíodo 1995-1998, já que a produção no tema como um todo se concentra nesse quadriênio. Observa-se ainda nesse subtema igual incidência de trabalhos nos subperíodos 1985-1989 e 1995-1998.

Tabela 4 – Distribuição dos subtemas, por subperíodo

SUBTEMAS	SUBPERÍODOS				TOTAL
	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1998	
Projetos Não-Estatais de Atendimento	1	1	1	16	19
Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público	1	2	2	9	14
Relação com a Escola e Trabalho	2	0	3	9	14
Perfil e Sociabilidade	1	0	1	8	10
Personalidade e Comportamento	1	3	0	3	7
TOTAL	6	6	7	45	64

ANÁLISE DOS SUBTEMAS

Projetos Não-Estatais de Atendimento

Este subtema é o mais numeroso, compreendendo 19 trabalhos sobre programas de atendimento à infância pobre, de iniciativa da sociedade civil.

Uma das características do tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* como um todo e dos programas ou projetos alternativos de atendimento em particular é o tom político dos trabalhos, que apontam, muitas vezes, envolvimento pessoal dos pesquisadores com a temática da infância pobre.

A natureza do programa ou projeto investigado foi uma primeira chave classificatória utilizada para agrupar as pesquisas. O primeiro grupo de trabalhos focalizou programas relacionados à *educação pelo trabalho ou formação profissional* de crianças e jovens pobres. O nível de formalização e institucionalização desses programas é maior se comparado a outros, como aqueles ligados às universidades, por exemplo, pois há uma maior estabilidade no que tange aos recursos e um caráter não-experimental, mas de intervenção social, ao longo do tempo.

A postura dos pesquisadores em face dos programas não é uniforme: ora se questiona o caminho da profissionalização como uma forma de inculcar valores subservientes ao capital e formar mão-de-obra barata, ora se aprova a atuação das entidades pela sua capacidade de desviar os jovens da criminalidade.

As datas de defesa das pesquisas mostram que o atendimento à infância pobre através da profissionalização persistiu e persiste até hoje como ação da sociedade civil herdada de momentos

anteriores ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando a prática de atendimento social se limitava aos programas assistenciais e filantrópicos. Muito embora o ECA tenha trazido importantes reflexões críticas a respeito das limitações dos programas de profissionalização estrita, esse tipo de orientação sobreviveu e, mais do que isso, é ainda justificado por alguns pesquisadores em razão dos benefícios que trazem ao desviar os jovens pobres dos caminhos da marginalidade, o que implica que tanto os programas de profissionalização quanto alguns pesquisadores partem, ainda, da existência de uma relação direta entre a pobreza e a criminalidade, relação essa bastante criticada pelos estudos mais recentes sobre a trajetória biográfica de jovens delinqüentes e sobre a cultura dos meios populares.

Os *projetos promovidos pelas universidades* foram investigados por duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Um dos trabalhos focalizou um programa envolvendo a prática de Educação Artística com menores de rua, de iniciativa da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), outro se debruçou sobre as ações do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), mantido pela Universidade Católica de Goiás, e, finalmente, a última pesquisa buscou sistematizar a experiência do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP, em relação às ações desenvolvidas pela denominada "Pedagogia Social de Rua".

Dois trabalhos versaram sobre *oficinas direcionadas a jovens em processo de exclusão social*, implementadas pelo próprio pesquisador: uma de Literatura, no Rio de Janeiro, e outra de Teatro, na cidade de Marília (SP), trabalhos defendidos, respectivamente, nos anos de 1995 e 1997.

Apenas duas dissertações não se detiveram em programas de atendimento específicos, concentrando-se, num caso, na discussão sobre *a prática de organizações não-governamentais (ONGs)* do Ceará que atuam com adolescentes e, em outro, na análise da adequação das práticas locais da cidade de Niterói (RJ) às diretrizes mundiais de atendimento à infância formuladas pelo Unicef.

Finalmente, há um grupo de quatro trabalhos que focalizaram *programas de atendimento variados*, todos eles sem vínculo com as universidades e baseados em propostas educativas que se afastam da formação profissional. Os trabalhos versam sobre o chamado Espaço Casa Aberta, mantido pela Pastoral do Menor de Belo Horizonte (MG), a Casa Renascer, para meninas, em Natal (RN), o Projeto Se Essa Rua Fosse Minha, no Rio de Janeiro, e o Projeto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), em Chapada dos Guimarães (MT).

Os problemas de pesquisa levantados pelos trabalhos remetem diretamente às formas de abordar os programas dirigidos à infância e adolescência pobres. Apesar da diversidade, tentou-se agrupar as pesquisas o máximo possível em relação aos objetivos elencados, a fim de perceber as recorrências ilustrativas do maior ou menor interesse que determinado aspecto da problemática despertou nos pesquisadores.

PROBLEMÁTICA 1 – ANÁLISE/AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETO EDUCATIVO PARA JOVENS EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Essas pesquisas (10 trabalhos) concentram seu interesse na descrição e apreciação de projetos e, em alguns casos, têm como objetivos elaborar diretrizes para a sua criação. Alguns programas atribuem importância às vivências e expectativas dos jovens e no desenvolvimento de habilidades outras que não as profissionais, a saber, as artísticas e lingüísticas, como é o caso das dissertações de Cordeiro (1997) e Monteiro (1995), que, respectivamente, implementaram oficinas de teatro e literatura para meninos(as) de rua.

Monteiro relata sua experiência à frente da oficina com crianças de rua no Rio de Janeiro, a partir de observações participantes, entrevistas informais, relato das situações vividas e da relação com os grupos. A autora conclui que a leitura e a escrita, como atividades lúdicas, são capazes de criar espaços de diálogo, onde as crianças podem falar, ouvir e, assim, desenvolver sua identidade e resgatar sua auto-estima.

A dissertação de Maes (1984) consiste em estudo exploratório com meninos de rua visando elaborar diretrizes para um programa de Educação Artística direcionado a esse público. Foram

entrevistadas 30 crianças com idades entre sete e 16 anos, que trabalham nas ruas de Curitiba (PR). Há uma confusão causada pela imprecisão dos termos utilizados pela autora para designar os sujeitos da pesquisa. Ela fala de crianças de rua, mas, na verdade, os sujeitos focalizados são crianças e adolescentes que trabalham nas ruas e moram com suas famílias. Os termos “menino de rua” e “menor” são utilizados, alternadamente, como sinônimos. Embora a autora tenha afirmado que a proposta educativa seria elaborada com base nos resultados do estudo exploratório com os sujeitos, isso não se observou.

Em seu mestrado, Dockorn (1998) descreve a implementação de um ateliê de arte-educação no Instituto Lar Bom Abrigo, vinculado à Assembléia de Deus, em Ijuí (RS), com meninas de idades entre sete e 19 anos. A partir de dez entrevistas abertas com as crianças e adolescentes, a autora observou que a Arte-Educação pode e deve ultrapassar os muros da escola formal e ser apropriada por indivíduos dela excluídos, como forma de promover um desenvolvimento integral. Embora tenha trabalhado exclusivamente com crianças e adolescentes do sexo feminino, Dockorn não aborda a questão de gênero, deixando de discutir as características peculiares vividas pelas meninas na estruturação da experiência de exclusão.

Graciani (1996), baseada na experiência pessoal na direção do Núcleo de Trabalhos Comunitários (NTC) da PUC-SP, elaborou sua tese de doutorado com o objetivo de sistematizar os métodos empregados pela entidade no desenvolvimento de programas educativos, métodos esses reunidos no que a autora chamou de “Pedagogia Social de Rua”.

O restante dos estudos como um todo se dedica a apontar os avanços e dificuldades enfrentados pelos programas de atendimento mantidos por entidades civis que incorporam novas linguagens e conceitos em suas propostas educativas e, por isso, assumem um caráter experimental importante, uma vez que são capazes de apontar as potencialidades e limites dos projetos efetivamente alternativos.

A dissertação de Sera (1997) focalizou um projeto mantido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em Chapada dos Guimarães (MT). Norma Cardoso (1998) dedicou-se ao estudo das representações sociais de cidadania elaboradas por jovens ex-participantes do Centro de Estudo, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (Cepaj), mantido pela Universidade Católica de Goiás, onde são oferecidos programas ligados ao trabalho, à orientação familiar e educativa. Além do grupo de 10 ex-participantes do Cepaj, com idades entre 15 e 25 anos, foi investigado um outro grupo de nove alunos de uma escola estadual, na mesma faixa etária, que não havia passado pela experiência, visando enriquecer o estudo. Foi utilizada técnica projetiva através de desenhos e entrevistas individuais e coletivas, examinadas posteriormente mediante a análise de conteúdo. A autora observou que os ex-participantes do Cepaj expressam uma representação de cidadania que contempla as dimensões da sensibilidade à injustiça, capacidade de autodeterminação, participação, consciência dos direitos e deveres e alteridade. O grupo de apoio teve mais dificuldades em elaborar e explicitar uma concepção de cidadania.

A dissertação de Correa (1998) pesquisou os impactos das vivências de meninos(as) de rua no projeto Casa Aberta, local para o qual os adolescentes se dirigem espontaneamente e recebem atendimento mantido pela Pastoral do Menor, em Belo Horizonte (MG). A autora realizou entrevistas com sete adolescentes e constatou dificuldades do projeto no que diz respeito ao ambiente físico e ao preparo dos educadores.

Em seu mestrado, Westphal (1995) investigou o projeto Se Essa Rua Fosse Minha, mantido pela Casa Dia, no Rio de Janeiro (RJ). A autora observa que a heterogeneidade nas formas de lidar com as crianças dificultavam o trabalho e que os educadores, temendo ser autoritários, acabavam tendo uma postura muito permissiva diante das crianças e dos jovens. Concluiu que a educação é capaz de promover a recuperação das crianças e adolescentes, devendo ser a base de qualquer programa de atendimento.

Em sua tese de doutorado, Constantino (1997) buscou descrever e analisar os tipos de cuidados oferecidos a meninos residentes numa instituição de caráter beneficente de orientação religiosa, localizada na região oeste do estado de São Paulo, e reconstituir os caminhos percorridos por ex-internos. A autora diferencia oportunamente dois tipos de institucionalização: aquela onde os sujeitos vivem nas instituições desde a primeira ou segunda infância, por longos períodos de tempo, e aquela dos infratores, que mantêm relações intermitentes com as instituições. Foram realizadas entrevistas

não-diretivas com dez egressos da Casa da Criança, com idades entre 12 e 18 anos, todos do sexo masculino, que tinham no mínimo cinco anos de institucionalização. A autora traça um breve histórico da instituição ao longo dos 46 anos de existência, salientando que os diferentes períodos de internação dos meninos culminaram na estruturação de experiências diferenciadas de institucionalização. Embora estabelecesse algumas práticas assistencialistas, a Casa da Criança apresentou características estruturais e funcionais mais adequadas do que instituições como a Febem, como a não-separação de irmãos do mesmo sexo, atendimento de no máximo 100 meninos, permissão para que os internos pudessem estudar e trabalhar fora da instituição. Tais características consistem em vantagens para o processo de reintegração social.

Em geral, nos trabalhos acima citados, predomina a idéia de que as crianças e adolescentes devem ser ouvidos, e suas expectativas, consideradas. No entanto, essa intenção não se traduz na procura de estatuto teórico mais adensado, mas diz respeito ao avanço da compreensão da infância e adolescência pobre no plano político, a partir do qual as crianças e adolescentes tornam-se sujeitos de direitos.

A dispersão das pesquisas em termos do tipo de projeto investigado acaba fragmentando as análises, de forma que se torna difícil chegar a conclusões mais gerais sobre os avanços e limites dos programas alternativos de atendimento como um todo, e aponta a heterogeneidade de concepções de assistência/atendimento à infância e adolescência entre os programas não-públicos.

PROBLEMÁTICA 2 – ESTUDO DA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

As pesquisas que privilegiam este enfoque estão interessadas em avaliar os projetos de formação profissional oferecidos às crianças e adolescentes pobres com o intuito de perceber sua eficácia e os impactos concretos que acarretam nos destinos desses indivíduos (sete trabalhos).

A tese de Queiroz (1996) e a dissertação de Maranhão (1989) avaliam positivamente os impactos que os projetos de qualificação profissional provocaram sobre os jovens em situação de risco, pois a conquista da identidade trabalhadora e a vivência concreta no mundo do trabalho são vistas como instrumentos eficientes para distanciar os jovens das atividades delinqüenciais, embora em ambos os trabalhos não haja material empírico específico que possa sustentar tal afirmação.

Queiroz analisa o Projeto Semeiar, um sítio-escola que atende jovens de 13 a 18 anos no Rio de Janeiro. A autora utilizou-se de vários tipos de material empírico: 701 fichas de matrículas relativas a seis anos de projeto, entrevistas com 19 educadores e funcionários, questionários semi-abertos aplicados a 31 adolescentes entre os anos de 1992 e 1995 e entrevistas com egressos. A dispersão e diversidade do material e a forma como este é apresentado dificultam a compreensão dos significados da experiência no projeto para os sujeitos em questão. O envolvimento ativo da autora no projeto parece influenciar a análise que ela faz dos resultados, ao dizer que “há evidências de que o Semeiar favoreceu o crescimento individual de seus alunos, sua integração social, a conquista da cidadania, bem como sua capacidade crítica para se libertarem da condição de opressão em que vivem” (Queiroz, 1996, p. 225).

Maranhão realizou estudo sobre a atuação da Fundação de Atendimento à Criança e ao Adolescente “Prof. Hélio Augusto de Souza” (Fundhas), entidade que ministra cursos profissionalizantes e encaminha os adolescentes para empresas, mantida pela prefeitura de São José dos Campos (SP). Baseado em entrevistas com 41 responsáveis por empresas conveniadas com a Fundhas, o autor conclui que, apesar de fornecer mão-de-obra barata, a Fundação acaba oferecendo uma alternativa eficaz, ao proporcionar uma atividade ocupacional capaz de desviar os jovens da criminalidade.

Um outro tipo de enfoque é trazido pela dissertação de Rosângela Moreno (1991), que, a partir de um instrumento chamado Avaliação do Impacto de Programas Alternativos de Atendimento aos Meninos de Rua, elaborado por consultores do Unicef, levantou indicadores de impacto do curso de jardinagem mantido pela Fundação São Martinho, no Rio de Janeiro, sobre os 15 meninos de/na rua lá atendidos. Além de acompanhar o cotidiano do curso de jardinagem, a autora traçou uma breve biografia de cinco meninos participantes. O foco da avaliação concentrou-se nos impactos do programa em relação à criação de competência para o trabalho. A conclusão aponta que o curso exerceu impacto positivo, de acordo com os

indicadores de “valorização do trabalho”, “responsabilidade”, “aquisição e uso de renda”, “assiduidade”, “criatividade”, “pensamento crítico”, “cooperação”, entre outros, proporcionando desenvolvimento pessoal e profissional por meio da relação com o trabalho.

A dissertação de Aragão (1998) aborda de forma crítica o Projeto Patrulheirismo,⁵ afirmando que suas práticas educativas levam à inculcação de valores e atitudes que favorecem somente ao capital e que não possui um programa pedagógico definido, como exige o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na dissertação de Ferreira (1998) também se observa uma postura crítica em relação aos programas de profissionalização que ainda demonstram uma visão estereotipada do jovem pobre, como aquele destinado ao trabalho instrumental e às atividades marginais.

A tese de Sá (1997) investiga as práticas de alfabetização utilizadas pelo patrulheirismo na Comissão Municipal de Atuação Comunitária (Comac), em Petrópolis (RJ). A autora acompanhou o cotidiano das classes de 1ª a 4ª série, tidas como o início da formação profissional do patrulheiro, e, posteriormente, investigou duas turmas do curso profissionalizante, formadas por adolescentes de 12 a 16 anos. Foram realizadas entrevistas abertas com o objetivo de apreender os sentidos da leitura e da escrita para os adolescentes. A autora observa que a aquisição da leitura e da escrita são indispensáveis aos menores patrulheiros na busca da profissionalização, e que a prática da instituição está voltada à efetivação de uma passagem exemplar da condição de menor marginalizado a menor trabalhador.

A dissertação de Alexandre Magno Silva (1995) focaliza o projeto da Comunidade de Menores de Rua, de Caruaru (PE), que mantém uma vassouraria para crianças de rua. O autor objetivou verificar a aplicabilidade prática da categoria educação pelo trabalho no referido programa de atendimento. Para tanto, realizou observação participante e entrevistas e analisou as fichas de identificação de 80 meninos. Concluiu que a aprendizagem profissional na vassouraria colaborou para a construção de um projeto de vida para crianças e adolescentes empobrecidos, não se esgotando no caráter produtivo, mas tendo uma dimensão formativa e simbólica importante. O autor mostra-se, desde o início do trabalho, bastante envolvido emocionalmente com o programa investigado (foi assessor voluntário na sua criação), demonstrando uma admiração especial para com a educadora que coordenava a vassouraria no período analisado. Este envolvimento pareceu influenciar sensivelmente a conclusão otimista quanto à eficácia do programa.

Pode-se concluir que, embora o ECA tenha lançado as bases para um questionamento mais profundo acerca dos projetos de profissionalização estrita, direcionados a crianças e adolescentes pobres, há uma persistência de modelos antigos de atendimento, cristalizados em instituições tradicionais que gozam de prestígio diante das comunidades carentes em que atuam. Os pesquisadores, ao analisarem tais programas, acabam, em geral, se rendendo aos benefícios trazidos por uma ação social que consegue, em alguns casos, desviar os jovens pobres dos caminhos da marginalidade.

Há, na maioria dos trabalhos, uma perspectiva empobrecida da criança e do adolescente, pois são considerados, exclusivamente, como receptores das ações e não como sujeitos capazes de interagir ativamente com elas. Os sujeitos são vistos a partir do registro da pobreza e passam a ser associados, automaticamente, ao mundo da criminalidade, como se houvesse uma relação não medida entre a situação de pobreza e a participação no mundo do crime e das interdições sociais, quando, na verdade, há uma série de fatores capazes de facilitar ou obstaculizar a entrada de jovens em atividades delinqüenciais, como a trajetória biográfica e familiar.

PROBLEMÁTICA 3 – ESTUDOS SOBRE AS ONGS

Danziato (1997) analisa em seu mestrado as práticas das ONGs que atuam com adolescentes, apreendendo os avanços, mas, sobretudo, as lacunas que o trabalho dessas entidades tem deixado. A autora conclui que, embora se distanciem das práticas disciplinadoras das organizações

⁵ Trata-se de um programa iniciado em 1962, com a criação de um curso semiprofissionalizante destinado a menores carentes moradores nas periferias de São Carlos (SP). Criado pelo desembargador Marino da Costa Terra, nessa cidade, o Patrulheirismo se espalhou por todo o Estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro e conta com uma Federação responsável pela fiscalização das novas sedes e pela regulamentação e definição curricular dos cursos.

assistenciais, as ONGs têm adotado posturas cada vez mais pragmáticas e, assim, distanciadas de reflexões centrais para o desenvolvimento de uma prática realmente diferenciada.

A dissertação de Mascarenhas (1996) adota uma perspectiva interessante que consiste em avaliar as iniciativas de atendimento à infância na cidade de Niterói (RJ), a partir dos avanços trazidos pelo ECA e pelas diretrizes mundiais estabelecidas pelo Unicef. A autora realizou entrevistas com responsáveis e representantes de vários órgãos públicos ligados ao atendimento da infância e da adolescência em Niterói, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, entre outros; também, entrevistaram educadores, mães e responsáveis por instituições civis, como a Fundação São Martinho, a Associação Metodista de Ação Social e o Centro de Cooperação e Desenvolvimento da Infância e Adolescência, um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outro da Universidade Federal Fluminense (UFF). Através da análise de conteúdo, inspirada em Lawrence Bardin (1979), Mascarenhas identificou quatro importantes categorias de análise no discurso dos entrevistados: família, sobrevivência, educação e trabalho e liberdade. Ao proceder à análise, a autora não deixa claro quando está trabalhando com o conteúdo das entrevistas, que diz respeito a pontos de vista dos sujeitos, e quando se refere a resultados concretos e objetivos das entidades pesquisadas, visto que são duas coisas diferentes. A autora afirma que, embora exista uma adequação das práticas de atendimento local com o ECA e com as diretrizes do Unicef no plano teórico, isso não se mostra suficiente para garantir os direitos das crianças e adolescentes. O Unicef, por sua vez, mostra-se mais preocupado com as garantias formais de proteção à infância do que com a viabilização de práticas concretas, e o ECA, embora tenha avançado em termos de proteção, não prevê oportunidades às crianças e adolescentes.

Projetos de Atendimento Mantidos pelo Poder Público

O subtema agrega 14 trabalhos que analisam as instituições e projetos mantidos pelos governos estadual e municipal: o sistema de atendimento da Febem, sob a responsabilidade do Estado, e os programas de caráter assistencial/educativo mantidos pelas prefeituras.

PROBLEMÁTICA 1 – EFICÁCIA/INEFICÁCIA SOCIALIZADORA/EDUCATIVA DAS INSTITUIÇÕES

Este grupo, constituído de oito trabalhos, discute os avanços e limites das ações institucionais públicas, no que tange ao processo educativo de meninos(as) infratores internos da Febem ou de adolescentes pobres que participam dos Centros de Juventude (CJs),⁶ mantidos pelo município de São Paulo, e de programas de educação pelo trabalho.

A natureza da Febem é completamente diferente daquela do CJ e de outros programas públicos: enquanto a primeira possui caráter de internato – nos estudos examinados, sobretudo aqueles destinados aos infratores –, os outros atendem crianças e adolescentes sem caráter de obrigatoriedade, para participar de atividades oferecidas durante uma parte do dia, em geral complementando o turno escolar.

As dissertações de Carvalho (1997), Rosângela Pereira (1997) e Vechiatto (1998) avaliam as ações dos CJs.

Carvalho investigou o CJ mantido pelo centro social Espaço de Vida, na favela Jardim do Éden, na cidade de São Paulo. Realizou entrevistas com um grupo de escolaridade acima da 3ª série, composto por 35 adolescentes entre 12 e 17 anos, além de analisar seus desenhos e textos escritos. Com as demais crianças e adolescentes, foram realizadas conversas informais e observações de seu cotidiano no programa. A autora descreveu os fatores e agentes socializadores presentes na favela, relacionando as experiências dos adolescentes no CJ com suas vivências fora dele. Concluiu que o CJ promove um processo de socialização de crianças e adolescentes de baixa renda, desenvolvendo

⁶ Os Centros de Juventude, de responsabilidade municipal, foram criados a partir da extinção do Programa de Orientação Sócio-Educativa ao Menor (Osem), em 1986. Atualmente, funcionam a partir de convênios com entidades sociais, atendendo crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos e oferecendo alimentação, reforço escolar, formação profissional e atividades artísticas e recreativas.

atitudes grupais de solidariedade e cooperação que contribuem para a convivência social dos grupos entre si e na comunidade em que vivem.

Pereira investigou as trajetórias de jovens entre 15 e 24 anos, após o desligamento do Centro de Juventude da Bela Vista, na cidade de São Paulo, a fim de buscar subsídios para avaliar o programa. O primeiro encontro com os ex-participantes reuniu 45 jovens, mas, com o tempo, as reuniões se esvaziaram, e a autora procurou entrar em contato com os sujeitos de outras formas. A conclusão aponta para a importância do CJ para os jovens pobres, pois o programa consegue estabelecer um laço positivo com a clientela, embora seu atendimento seja limitado à idade máxima de 14 anos, seguido por um período indesejável de ociosidade.

Vecchiato apresenta um panorama do atendimento à infância e adolescência em níveis estadual e municipal e realiza estudo de dois casos de CJs: um localizado no centro de São Paulo (SP) e outro na periferia da cidade. Foram realizadas entrevistas com o coordenador, dois professores, dois alunos e dois pais de cada CJ, além do coordenador pedagógico da escola mais próxima de cada Centro, com o objetivo de analisar a relação entre o CJ e a escola. A autora observa que os dois centros investigados possuem condições materiais e humanas para atender crianças e adolescentes excluídos, mas, segundo os sujeitos envolvidos, seus serviços poderiam ser qualitativamente superiores se o trabalho estivesse integrado às atividades da escola formal.

A dissertação de Amazonas (1991) focaliza o sítio do menor trabalhador, em Itabuna (BA). O projeto é criticado pela autora por incorporar as concepções ideológicas ligadas às políticas do município, por difundir valores tradicionais ligados à imagem do bom trabalhador e priorizar a atividade profissional em relação à escola.

O mestrado de Nascimento (1994) investiga uma Oficina de Mosaicos mantida pela prefeitura da cidade de São Paulo. Através de entrevistas com os responsáveis pelo programa e com os meninos, cuja idade variava entre 10 e 17 anos, o autor avaliou positivamente a oficina de mosaicos, como uma experiência fundamentada no cotidiano dos jovens e em suas necessidades de sobrevivência, ingredientes que, segundo ele, tornam a educação pelo trabalho uma estratégia eficaz para a oferta de novas oportunidades aos jovens pobres. O envolvimento do autor na coordenação do projeto parece ter influenciado sensivelmente a elaboração da pesquisa e, sobretudo, a apresentação otimista dos resultados, já que sua avaliação foi baseada mais em suas convicções pessoais e menos nos resultados empíricos.

A dissertação de Bomfim (1987), sobre egressos da Funabem, mostra a incapacidade da instituição em promover a integração social dos internos, já que a saída da instituição aumenta os riscos de marginalização, ao invés de diminuí-los. Ao alcançar a maioridade, os meninos são novamente abandonados, num momento em que as pressões sociais se tornam mais críticas. Este resultado está baseado em entrevistas semi-estruturadas feitas com 18 adolescentes ligados à Associação dos Ex-Alunos da Funabem (Asseaf), além de observações e conversas informais. A pesquisa traz uma contribuição importante ao apontar os limites de um atendimento público que termina com a maioridade, como se o jovem, de repente, se tornasse auto-suficiente e capaz de se integrar socialmente, quando, na verdade, a maioridade traz novas demandas, diferentes daquelas experimentadas como criança abandonada, mas possivelmente ainda mais dramáticas.

Astigarraga (1997), em seu mestrado, estuda o processo que ocorre entre o ingresso em uma instituição pública de atendimento e o retorno dos meninos à rua.

A dissertação de Avelino (1996) investiga as características de jovens institucionalizados, sobretudo no que se refere aos vínculos e à aprendizagem. Conclui que há um desencontro entre os jovens e a instituição, sendo que esta precisa conhecer as opiniões de seu público se quiser promover ações realmente eficazes.

PROBLEMÁTICA 2 – ADEQUAÇÃO DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS ÀS METAS FORMALIZADAS

A preocupação central dos estudos subordinados a esta problemática (no total de quatro) é avaliar a coerência entre as práticas concretas das instituições e seus discursos.

A dissertação de Cabral (1982) investiga o Centro de Reeducação Feminino (CRF) pertencente ao sistema Funabem. Foram analisados os prontuários e realizadas entrevistas com 26 menores, com idades entre 13 e 18 anos, e com os agentes institucionais, além de observações das atividades. A autora conclui que o CRF não incorpora os princípios formalizados pela Funabem e que as práticas de institucionalização não são capazes de resolver os problemas das menores, que são de natureza social.

Em seu mestrado, Oliveira Júnior (1996) busca apreender a defasagem entre o discurso e a prática de políticas assistenciais dirigidas aos meninos(as) de rua. Focalizando o Centro Educacional para Crianças e Adolescentes sob Proteção Especial (Cecasp) em Ponta Grossa (PR), o autor observa que os discursos preconizam o preparo dos jovens pobres para uma inserção efetiva no mercado de trabalho, mas, na prática, a instituição acaba se limitando a assistir os jovens quanto as suas necessidades básicas. Para o autor, não obstante esteja descompassada com as novas formas de acumulação de capital, a vertente assistencialista ainda prevalece, defendendo a profissionalização numa sociedade onde a ocupação profissional se tornou escassa.

A dissertação de Couto (1997) investigou o Projeto Vem pra Casa Criança, mantido pela prefeitura do Rio de Janeiro. A autora faz uma análise histórica do atendimento à infância e adolescência no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas com os coordenadores dos vários programas e observações do seu cotidiano, concluindo que, embora incorpore novas diretrizes trazidas pelo ECA, os programas ainda reproduzem antigas práticas herdadas dos sistemas de internação, o que aponta a dificuldade deles se reestruturarem efetivamente sobre as novas bases estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A dissertação de Rosali Amaral (1997) analisou a política municipal de assistência à infância em Belém (PA) e observou que os discursos sobre a criança de rua são contraditórios e podem ser divididos em quatro modalidades: discurso da lei, discurso da indignação e da denúncia, discurso da tipificação da criança e de sua família e discurso de salvação, cuja diversidade aponta incoerências que incidem diretamente sobre as práticas implementadas.

PROBLEMÁTICA 3 – INFLUÊNCIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO NO DESTINO DE MENORES

A dissertação de Silveira (1989) mostra a dramaticidade vivida pela menor abandonada, interna da Febem no Ceará. Além da exclusão social, as meninas enfrentam dificuldades de inserção profissional, sendo limitadas às tarefas domésticas. A instituição, longe de transformar as condições de vida das meninas, acaba reproduzindo as distorções sociais e contribuindo para a manutenção de sua condição subalterna.

O mestrado de Roberto da Silva (1996) chama a atenção pelo nível aprofundado da análise empreendida e pelas novas questões que levanta. Analisando 370 prontuários da primeira geração de menores abandonados internados no sistema Febem-SP, o autor mostra que o processo de institucionalização redundou em verdadeiro processo de socialização da criminalidade, que transformou crianças órfãs em criminosos, clientes preferenciais do sistema penitenciário a partir da maioria. O autor utiliza seu trabalho como mais um instrumento de responsabilização legal do Estado em relação à entrada dos ex-internos no mundo do crime. O estudo inova quando vai além da idéia de que as instituições reproduzem as desigualdades sociais, afirmando que elas produzem os criminosos que posteriormente serão punidos, denunciando o Estado como o agente diretamente responsável pela exclusão social, econômica e familiar de crianças abandonadas. A qualidade da pesquisa empírica e a adequação entre os dados e a análise teórica constituem um traço característico do estudo.

Relação com a Escola e Trabalho

Este subtema reúne um grupo de 14 trabalhos que concentram atenção nas questões que envolvem a escolarização de crianças e adolescentes excluídos, institucionalizados ou não.

Como em outros subtemas, as designações dos sujeitos variam. São descritas, a seguir, as principais problemáticas identificadas.

PROBLEMÁTICA 1 – TRABALHO INFANTIL E ESCOLA

Há seis trabalhos identificados nesta problemática. A dissertação de D'Uniam (1993) compara cinco grandes cidades de países latino-americanos, utilizando dados secundários, quanto à relação entre trabalho infantil e escolarização. Conclui que a inserção na atividade de trabalho se dá a partir dos dez anos de idade e envolve sobretudo os meninos. A maioria das crianças expressa satisfação em trabalhar e, muitas vezes, a remuneração obtida é o elemento que permite a continuidade dos estudos escolares. Nesse estudo não se observou influência direta do trabalho infantil sobre o fracasso escolar.

Em sua dissertação, Fonseca (1995) investigou as representações sociais de meninos das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa-RS) sobre o trabalho. Foram analisadas 12 entrevistas com meninos de idades entre 11 e 17 anos, e a autora concluiu que o trabalho, embora precoce, ocupa centralidade na vida dos sujeitos, sendo a face positiva de sua sociabilidade.

A dissertação de Munhoz (1996) estudou a dimensão da escola, do trabalho e da família a partir de um único sujeito jovem, guardador de carros em Sorocaba (SP).

A pesquisa de Reginaldo Silva (1997), utilizando-se de indicadores da situação mundial da infância, discute o contexto da realidade da criança e do adolescente no Brasil e reúne algumas reflexões sobre a problemática do trabalho infantil. A partir de relatos de crianças trabalhadoras na rua, de mães, de um pai e de componentes de uma escola estadual de primeiro grau em São Carlos (SP), o autor buscou compreender como se dá o processo educativo nas ruas. Observou que, apesar do ECA, o Estado e a escola não viabilizam novas alternativas educacionais que incorporem as crianças e jovens em processo de exclusão.

A dissertação de Betty Silva (1995) discute a categoria trabalho e a inserção de crianças e adolescentes nessa atividade, numa perspectiva histórica. Realiza um estudo de caso do Patrulheirismo em Niterói (RJ), investigando as relações dos meninos trabalhadores com duas empresas estatais conveniadas. A autora tece críticas ao trabalho infanto-juvenil em geral e denuncia a precariedade das condições de trabalho dos menores patrulheiros nas empresas, mas, em suas conclusões, apresenta propostas com a finalidade de melhorar a situação desses adolescentes, como, por exemplo, a fixação de uma carga horária de 20 horas semanais. Assim, pode-se entender que, apesar das críticas, a autora reconhece a necessidade do trabalho para os adolescentes pobres.

A dissertação de Jorge (1997) analisou os sentidos que as crianças pobres atribuem à escola e ao trabalho, a partir de entrevistas e observações de duas meninas de 7 e 10 anos e de um menino de 13 anos, no espaço escolar, familiar e de trabalho. A autora concluiu que a inserção no trabalho faz com que as crianças conquistem autonomia e independência no ambiente familiar, fatores responsáveis pela reorganização das relações de autoridade no interior da família. No entanto, essa atividade é ocultada pelas crianças na escola, em razão dos preconceitos atribuídos, e, ao contrário do que se pensa, elas não chegam à escola cansadas, mas ansiosas para brincar, já que não podem fazê-lo no trabalho. Por sua vez, a escola desconhece o fato de que, em parte, seus alunos são também trabalhadores, desconsiderando as experiências advindas desse outro espaço socializador. O estudo aponta uma dimensão muito pouco visível da escola, que é sua importância como espaço de ludicidade e diversão para as crianças inseridas precocemente no mundo do trabalho. Além disso, a tese da desorganização familiar foi refutada, pois as famílias das crianças e do adolescente investigado são estruturadas, manifestam afeto e elaboram projetos de futuro para eles.

PROBLEMÁTICA 2 – VISÃO DO(A) MENINO(A) DE RUA SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Sob esta problemática estão agrupadas quatro investigações. A questão acerca das representações e sentidos atribuídos à escola pelos meninos de rua ou adolescentes pobres é marcada

por uma preocupação dos pesquisadores em perceber os descompassos dessa instituição em relação às expectativas de uma clientela que a instituição escolar não está preparada para receber.

Em sua dissertação, realizada a partir de entrevistas com dois meninos participantes da Associação dos Meninos de Curitiba (Assoma), Walger (1995) observou que eles questionam a qualidade do ensino dirigido aos meninos carentes pela ênfase concedida ao trabalho em detrimento do estudo, avaliando mais positivamente a escola pública do que a instituição que freqüentam. O autor sugere que tal opinião se deve ao engajamento do diretor dessa escola pública com os meninos, o qual se empenhava na realização de passeios e atividades fora da escola. Outro fator residiria no maior nível de dificuldade da escola pública em relação à do Assoma.⁷

Barros (1981), em sua dissertação, estudou comparativamente as expectativas de internos de duas unidades de triagem da Funabem no Rio de Janeiro – uma que atendia meninos abandonados (unidade A) e outra que atendia infratores (unidade B) – em relação à escola e ao trabalho. Foram entrevistados 20 adolescentes da unidade A e 23 da unidade B, todos com idade entre 14 e 18 anos, e os resultados mostraram que os jovens possuem uma trajetória escolar descontínua, recordando-se dos professores em termos afetivos e esperando fazer novas relações de amizade caso retornem à escola. Os meninos, na maioria, já exerceram atividade remunerada e privilegiam o trabalho em relação ao estudo. Um aspecto interessante da pesquisa foi a constatação da importância, para os meninos, das relações afetivas na escola, o que, no entanto, não foi explorado e aprofundado pela autora.

Gustsack (1997), em sua dissertação, investigou os sentidos atribuídos à educação por quatro jovens em situação de risco que haviam freqüentado o programa socioeducativo Girassol, mantido pelo Centro Comunidade de Vila Floresta, em Porto Alegre (RS), e, também, a escola formal. Através da análise de discurso, o autor destacou as regularidades presentes nas falas dos sujeitos, concluindo que suas noções de educação trazem uma tensão entre rejeição e aceitação, certezas e incertezas, lugar de expressividade e de silenciamentos. O autor salienta que outras organizações, como os grupos de RAP, de capoeira, de futebol, as escolas de samba, etc., são mais significativas para os sujeitos, pois nelas podem criar e recriar sua própria educação, resistindo à prática social dominante representada pela escola.

A quarta dissertação subordinada a esta problemática – Almeida (1996) – analisou as representações de um grupo de 25 meninos de rua de Salvador (BA) sobre a escola e o trabalho. Não se dispõe de maiores informações sobre esse estudo, pois não foi possível recuperar seu exemplar.

PROBLEMÁTICA 3 – INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE INSTITUCIONALIZADA(O) À(AO) ESCOLA/SABER FORMALIZADO

Quatro pesquisas focalizam a questão da integração do adolescente à escola e ao processo de aprendizagem escolar.

A dissertação de Arantes (1980), a partir de um teste padronizado de inteligência, buscou investigar a relação entre dificuldades de aprendizagem e processo de institucionalização. Foram investigados dois grupos: um de 56 meninos institucionalizados da Associação Lar de Menores, entidade mantida pelo Consórcio Araraquarense para Assistência aos Menores, em São José do Rio Preto (SP), e outro de 66 meninos não-institucionalizados. Em ambos os grupos, os meninos eram estudantes de 1º grau da mesma escola e sala de aula e tinham idades entre 7 e 15 anos. O autor identificou maiores dificuldades de aprendizagem no grupo dos meninos institucionalizados, concluindo que o ambiente exerce uma influência importante no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes, já que a precariedade vivida na instituição em que residem dificulta seu crescimento intelectual. O autor salienta que essa conclusão não pode ser generalizada, tendo em vista o pequeno número de sujeitos investigados.

A tese de Craidy (1996) avalia uma experiência de alfabetização com meninos de rua, realizada por ela mesma no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foram feitas mais de

⁷ As conclusões do autor são muito confusas e não exprimem coerência com os dados empíricos (escassos) obtidos em sua pesquisa. Um exemplo disso é sua constatação de que o ensino oferecido na escola pública é melhor do que o ensino do Assoma, quando, na verdade, se trata de uma opinião dos sujeitos entrevistados, que, segundo o próprio autor, é muito influenciada pela figura positiva do diretor.

30 entrevistas com educadores de várias cidades e com meninos de rua presentes nos seminários do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), em instituições de atendimento e na própria rua. A autora detectou como elementos mediadores do analfabetismo a ruptura com as instituições e com a ordem social dominante, a instabilidade, a violência e a privação da infância. A rua é vista por ela como um espaço de confinamento e não de liberdade, onde não há projeto, mas somente o eterno presente da luta pela sobrevivência. A interlocução nas ruas reserva pouco lugar para a escrita e a leitura, privilegiando gestos e expressões mímicas. Os meninos de rua não conseguem se colocar como sujeitos do discurso letrado, já que vêem a si mesmos numa posição cultural subalterna e, assim, têm a palavra cassada. A tese traz reflexões importantes sobre uma das situações que constitui a experiência de exclusão dos meninos de rua, a do analfabetismo, mostrando como a alfabetização implica a aprendizagem das convenções lingüísticas, que se inserem numa ordem sociocultural específica; por isto, não ser alfabetizado representa romper com a ordem social mediante a ruptura com algumas de suas bases culturais, no caso, a escrita e a leitura. A análise é rica em referências teóricas, que são adequadamente cotejadas com o material empírico.

A dissertação de Gonçalves (1994) analisa uma escola alternativa dirigida a meninos de rua, mantida pela Secretaria Estadual de Educação de Campo Grande (MS), buscando perceber a relação entre a proposta oficial e a prática efetiva. Foram coletados depoimentos de ex-alunos e educadores. O autor observou que, entre a proposta de uma educação considerada verdadeiramente alternativa e a sua concretização havia muitas lacunas. Primeiramente, a proposta da escola partia de uma visão idealizada dos meninos de rua, já que, de vítimas, eles passavam a heróis, de excluídos, a protagonistas de uma nova história e de privados do saber formal, a portadores de uma nova cultura. Mesmo criticando as práticas escolares formais, a escola alternativa acabou se aproximando mais de práticas protecionistas e paternalistas do que de uma educação crítica visando a construção da autonomia. Ainda assim, o autor entendeu que a iniciativa constituiu um importante avanço na política de assistência à infância, pela crítica feita aos métodos tradicionais de atendimento.

É importante salientar que, mesmo tendo participado da escola investigada como educador, o autor conseguiu distanciar-se criticamente da experiência analisada, a ponto de problematizar um discurso e uma prática com as quais até então estava comprometido. Além disso, o estudo de Gonçalves aponta um traço na proposta pedagógica da escola alternativa que também é muito característico das teses e dissertações sobre os meninos de rua, que é justamente a romantização dos sujeitos.

Marca (1992), em sua dissertação, investiga o tipo de relação que os professores e a equipe técnica de uma escola municipal do Rio de Janeiro mantêm com alunos oriundos de uma instituição assistencial. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com sete professores e três membros da equipe técnico-pedagógica, além de observações. A base empírica do estudo é bastante precária, e as conclusões da autora não contemplam adequadamente os dados das entrevistas, sendo muito influenciadas pelas observações do cotidiano da escola. A autora conclui que há uma rejeição e um pré-julgamento do potencial dos meninos institucionalizados pela escola, o que contribui para que, efetivamente, esses meninos tenham maiores problemas de integração do que os não-institucionalizados.

Perfil e Sociabilidade

Este grupo de dez trabalhos concentra-se na análise das vivências processadas pelas crianças e adolescentes pobres, concedendo especial atenção aos aspectos estruturantes do seu cotidiano que permitem perceber a face construtiva e substantiva da vida nas ruas.

PROBLEMÁTICA 1 – CARACTERÍSTICAS DE INFRADORES E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Os oito trabalhos identificados com esta problemática concentram-se no perfil socioeconômico, familiar e psicológico de adolescentes pobres.

A dissertação de Maria Elisabeth Cardoso (1981) coletou dados secundários de 358 menores infratores, em liberdade assistida pela Equipe de Orientação Judiciária do Juizado de Menores de Porto Alegre (RS), a fim de verificar a existência de relações entre algumas características dos sujeitos e os tipos e número de infrações penais. Observou-se a predominância de homens infratores e a existência de relação entre renda familiar e modo e número de infrações, o que fez com que a autora afirmasse que “estes dados podem provar ser o fator econômico um dos fortes indicadores e causadores da marginalidade social” (Cardoso, 1981, p. 98). Tal conclusão é, no entanto, precária, em vista do material empírico que sustentou a análise.

A dissertação de Oliveira (1991) teve como objetivo desvelar o ser menor abandonado, a partir de uma análise teórico-metodológica baseada na fenomenologia. A autora acompanhou de perto o trabalho de duas instituições de atendimento de Campo Grande (MS): a Casa Dom Bosco, dirigida pela Congregação dos Salesianos, e o Centro de Promoção Humana (Ceaph), vinculado à Secretaria de Educação do Estado. Os dados relativos ao menor abandonado foram coletados mediante a observação dos programas e do discurso de 15 sujeitos. Foram elaboradas quatro categorias, com o objetivo de desvelar o percurso existencial dos menores: dinâmica social, que consiste nos aspectos externos e contextuais da vida dos sujeitos, como a desestruturação e o abandono familiar; aspectos emocionais, marcados pelo sentimento de dor e perda profunda; perspectivas, que consiste na disposição dos sujeitos para superar sua situação atual através da profissionalização e na pouca sensibilização em relação à escola; senso crítico, expresso pelos sujeitos através dos questionamentos que dirigiram à autoridade policial, à escola e seus procedimentos inadequados, às omissões dos pais e à sociedade. As conclusões não avançam muito na compreensão do menor abandonado e tendem a ser reiterativas no que diz respeito, por exemplo, às características emocionais dos sujeitos, marcados pela dor e sofrimento.

A dissertação de Panuncio (1995) investiga prontuários de 50 meninos e meninas de rua, com idades entre 7 e 18 anos, que foram alvos do atendimento de dois programas municipais e de um programa da Pastoral do Menor, em Ribeirão Preto (SP). Além das variáveis idade, sexo, situação escolar e condições econômicas dos pais, foram identificadas variáveis outras ligadas ao perfil psicológico, como distúrbios de conduta, eventos de vida potencialmente estressantes e distúrbios de conduta dos pais. Observou-se que a trajetória dos sujeitos é permeada de fatores de estresse, como a morte e a separação dos pais, a violência física, a evasão escolar, os conflitos familiares constantes, a privação física severa, entre outros. O conteúdo dessas situações facilita o aparecimento de distúrbios de conduta, como o alcoolismo e o comportamento delinqüente. Não foram verificadas diferenças na ocorrência de comportamentos anti-sociais por faixas etárias.

A relação com o gênero aparece na dissertação de Prates (1998), que investiga a história de vida de dez meninas em situação de rua, no município de São Leopoldo (RS). A autora busca refletir sobre a construção do feminino na situação de exclusão social. Observa que a saída de casa e a ida para rua resultam de um processo lento e gradual, que se dá a partir do rompimento dos laços familiares, em razão da violência familiar. Embora a rua represente a busca de um espaço de vida, lá a menina continua a ter uma relação de violência e exploração com o sexo masculino, através da prostituição. Enquanto os meninos conseguem construir na rua um grupo mais ou menos permanente de proteção e sobrevivência, as meninas demonstram mais dificuldade, pois sempre estão querendo voltar para casa e sair da situação de rua sem conseguir estruturar um grupo e, por isso, ficam mais fragilizadas nas situações e relações experimentadas nas ruas. A pesquisa traz uma reflexão importante sobre a menina de rua: de um lado, rompendo o silêncio em torno das vivências da exclusão por parte das mulheres e, de outro, avançando na compreensão da sociabilidade feminina nas ruas.

Sob perspectiva diversa, a dissertação de Spengler (1996) focaliza a transição de um menino de rua para a condição de cidadão socialmente integrado, a partir de uma abordagem biográfica.

A dissertação de Alberto Souza (1998) investiga o perfil, a trajetória, as dificuldades e os sonhos de um grupo de dez meninos e duas meninas que moram nas ruas de São Bernardo do Campo (SP). O autor se aproximava dos sujeitos nos vários lugares que freqüentavam e estabelecia conversas informais. Observou-se que uma das maiores motivações que conduzem as crianças às ruas é a entrada

no trabalho precoce. Outros fatores também se mostraram relevantes, como a situação de violência e abandono no ambiente familiar. Os meninos e meninas sentem-se atraídos pela liberdade, pelas diferentes hierarquias e novidades trazidas pelo espaço da rua, mas acabam travando uma luta árdua para se firmar nesse ambiente, tornando-se crianças e adolescentes endurecidos. Já a dissertação de Figueiredo (1996) pesquisa o cotidiano de meninos e meninas de rua de João Pessoa (PB) para melhor identificar seu modo de vida.

A dissertação de Peres (1997) examina a vida e o relacionamento das famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. A autora observa que as condições materiais precárias dos pais são responsáveis pela entrada precoce das crianças no mercado de trabalho, nas atividades de mendicância e em sua ida para a rua. Há microvariáveis que também assumem relevância na explicação, tais como os conflitos conjugais entre pais, a presença ou não do pai na educação das crianças e o tipo de interação processada no seio da família. A autora também destaca a ausência de estudos sobre a família de crianças de rua.

PROBLEMÁTICA 2 – EXPERIÊNCIAS DE SOCIABILIDADE NAS RUAS/ANÁLISE DO COTIDIANO

Os dois estudos relativos à sociabilidade dos jovens em processo de exclusão social privilegiam a experiência dos sujeitos salientando a complexidade das vivências, que não podem ser reduzidas a uma lógica única e devem ser compreendidas a partir do universo da cultura juvenil, como apontam as dissertações de Tedrus (1996) e Acioli (1995).

Tedrus (1996) realizou observações de jovens que trabalham nas ruas de São Bernardo do Campo (SP), suas interações e conversas informais, visitas às suas residências e entrevistas. Foram acompanhados 48 jovens olhadores de carros, vendedores de pastilhas, engraxates e carreteiros, cujas idades variavam entre 11 e 19 anos. Utilizou como grupo comparativo e de apoio um grupo de jovens trabalhadores de rua, na década de 80. Tedrus conclui que a experiência de trabalho nas ruas não pode ser reduzida a uma lógica única, mas diz respeito a lógicas combinadas a vários acontecimentos, momentos e interlocutores. Se há dimensões de conflito e violência na experiência da rua, ela também oferece outros mecanismos de agregação que propiciam melhores condições de suportar o cotidiano do trabalho.

Acioli (1995) busca examinar os princípios utilizados na estruturação da vida nas ruas por meninos e meninas que perambulam na rodoviária de Brasília (DF). A autora acompanhou cerca de 20 sujeitos com idades entre 8 e 19 anos em suas incursões pelos espaços da cidade. A rodoviária foi o local de encontro dos meninos e meninas que buscaram uma forma de organização coletiva, espaço que passou a dar suporte às suas vidas. A autora observou que as drogas (cola, esmalte, tiner, maconha) desempenham um papel importante no cotidiano das meninas e meninos, ao permitir sensações de delírios que os deslocam para um mundo de fantasia e emoção. As tentativas de retorno à família são delicadas, pois implicam o retorno a uma situação desgastada e à sujeição aos adultos. Além disso, as crianças e jovens que moram nas ruas nelas constroem seu conjunto de referências e a organização dos papéis; e, quando deslocadas desse espaço, sofrem um processo difícil, tendo em vista a possibilidade de novas adaptações.

A perspectiva analítica das autoras é inovadora, já que examinam a experiência de adolescentes excluídos como universo organizado e não somente como uma situação de desestruturação. No caso de Acioli, a rua é vista como espaço normativo para as crianças e jovens investigados, visão que rompe com os parâmetros comumente utilizados para a análise dos jovens excluídos, que representam a situação de exclusão como ausência de referências, como se o sujeito vivesse uma espécie de suspensão de sua condição social.

Personalidade e Comportamento

O subtema Personalidade e Comportamento reúne sete trabalhos, nos quais predominam as análises apoiadas na Psicologia, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. Do ponto de vista

teórico, as análises concentram-se, em geral, no menino de rua como indivíduo e não como grupo social. Assim, há uma tendência, ainda que não muito explícita em alguns trabalhos, de essencializar as características levantadas, como se pudessem ser naturalmente atribuídas às crianças e adolescentes pobres. Nota-se neles, também, o emprego significativo de testes psicológicos padronizados.

PROBLEMÁTICA 1 – DESENVOLVIMENTO MORAL, AUTOCONCEITO, VALORES, SEXUALIDADE E CARACTERÍSTICAS FAMILIARES DE JOVENS EM PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Há sete estudos nesta problemática, sendo que a tese de Barreto (1989) e a dissertação de Lustosa (1998) abordam o desenvolvimento moral de meninos de rua a partir da aplicação de testes padronizados.

Barreto aplicou o Questionário de Reflexão Social de Gibbs, que permite classificar os sujeitos em estágios de Kohlberg, para 40 meninos, com idades entre 9 e 17 anos, sendo 20 atendidos pelo Albergue João Paulo II, em Porto Alegre (RS), e 20 fora de qualquer atendimento. A autora concluiu que os meninos apresentaram maior culpa interiorizada do que exteriorizada e situam-se no primeiro estágio do nível convencional de desenvolvimento moral, próximos às crianças brasileiras de classe média e média baixa.

O estudo de Lustosa investigou o julgamento moral, a empatia e o maquiavelismo em crianças e adolescentes em situação de rua, comparando-os a crianças e adolescentes de escola pública e particular. A amostra foi constituída por 10 meninos de rua, 20 meninos trabalhadores de rua, 20 alunos de uma escola pública e 20 alunos de uma escola particular, com idades entre 11 e 17 anos. Foi aplicado um instrumento padronizado de julgamento moral, e os resultados indicaram que os sujeitos como um todo raciocinam moralmente no nível convencional, com ênfase na afetividade. As crianças e adolescentes em situação de rua mostraram-se tão empáticos quanto aqueles da escola pública e da particular, e os meninos de rua e trabalhadores, segundo a pesquisa, se constituem um grupo menos maquiavélico do que o grupo da escola particular.

A dissertação de Pinel (1989) investiga prontuários de 87 menores infratores denominados de alto risco, atendidos pela Comissão Psicopedagógica do Juizado de Menores de Vitória (ES), todos do sexo masculino e com idades entre 12 e 17 anos. Foi escolhido um menor com características representativas dos demais, para a realização de estudo de caso que pudesse subsidiar a elaboração de um programa psicoeducacional a ser oferecido pela Comissão do Juizado de Menores. As conclusões apontam que há relação entre o uso de drogas, a fuga de casa, espancamento familiar e de policiais, com a incidência de autoconceito negativo nos menores. A deterioração familiar, provocada pelo alcoolismo e pela violência dos pais, incentiva os adolescentes a fugir de casa e a se tornar drogados e reincidentes.

Elaine Souza (1989), em sua dissertação, focaliza os valores de meninos de rua mediante observações e entrevistas semi-estruturadas com 20 sujeitos, de idades entre 13 e 18 anos, do sexo masculino, freqüentadores do Centro Infante-Juvenil Plínio Gilberto Kroeff, ligado à Febem de Porto Alegre (RS). A autora observou que a família é um dos valores mais importantes para os sujeitos investigados, mesmo que suas trajetórias pessoais sejam marcadas pela fragilidade dos laços familiares; em seus discursos, o trabalho aparece como um valor oposto à delinquência.

A tese de Moysés (1982)⁸ teve como objetivo verificar se o tratamento de valorização pessoal, baseado na Psicologia Humanística, e de clarificação de valores permitem elevar a auto-estima de crianças e adolescentes. Além dessa hipótese, buscou-se comprovar se o tratamento de valorização pessoal provoca maiores mudanças do que o de clarificação de valores. Os tratamentos, baseados em atividades grupais, foram aplicados a 90 menores institucionalizados, com idades entre 7 e 14 anos, sendo 45 do sexo feminino e 45 do sexo masculino. Houve ainda um terceiro tratamento controle, realizado a partir de jogos. A auto-estima – considerada como o julgamento que o indivíduo faz

⁸ Embora o universo estudado tivesse como limite superior a idade de 14 anos, optou-se por considerar a tese no universo dos estudos sobre Adolescentes em Processo de Exclusão Social, devido à impossibilidade da rígida demarcação etária nesses estudos.

do seu próprio valor –, antes e depois dos tratamentos, foi medida através do Questionário de Auto-Satisfação de Miller. A hipótese foi confirmada, já que o tratamento de valorização pessoal elevou mais a auto-estima do que o de clarificação de valores. Observou-se que os tratamentos não produzem alterações diferenciadas de auto-estima nos dois sexos, mas as meninas possuem auto-estima mais baixa do que os meninos. A autora salienta que os menores institucionalizados mostram-se abertos a experiências que busquem melhorar sua auto-estima, reagindo de forma muito positiva.

A dissertação de Eva Pereira (1995) consiste em pesquisa integrada a um projeto maior sobre prostituição infantil, ligado ao Centro Latino-Americano da Violência e Saúde (Claves), da Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas com sete meninas que participam de programas públicos e civis de atendimento dedicados ao gênero feminino, com idades entre 14 e 17 anos (grupo 1), e com 13 meninas que vivem ou trabalham nas ruas e não participam de nenhuma instituição, com idades entre 14 e 19 anos (grupo 2). O objetivo foi apreender o significado da prostituição infantil e da sexualidade para as meninas. A saída de casa relaciona-se, para ambos os grupos, à violência física familiar, ao abuso sexual por parte do padrasto e ao alcoolismo do pai ou da mãe. As meninas demonstram timidez para falar sobre sexo e tendem a reproduzir a moralidade dominante. A maior parte das meninas nega o envolvimento na prostituição, o que, segundo a autora, é parcialmente verdadeiro, pois elas contam com a ajuda de organizações não-governamentais que oferecem alimento e assistência psicológica, médica e jurídica. Percebe-se que a autora consegue obter apenas opiniões das meninas sobre a prostituição, o que encaminha seu trabalho numa outra perspectiva que não aquela explicitada por ela, já que as meninas não são prostitutas de fato. Nesse sentido, os objetivos e até mesmo as conclusões mostram-se descoladas do material empírico obtido.

A dissertação de Tibúrcio (1998) investigou o papel do corpo para meninas em situação de risco e para a prática educativa a elas dirigida. Foram entrevistadas nove frequentadoras da Casa Renascer, em Natal (RN), com idades entre 12 e 17 anos. A instituição oferece oficinas de dança e teatro, o que, segundo a autora, possibilita o contato com linguagens expressivas omitidas pelo sistema educacional formal. As meninas externaram uma visão dicotômica entre corpo e mente, que retrata uma concepção social centrada em certo dualismo. O conteúdo das entrevistas, além de escasso, parece superficial. A autora expressa, de início, uma visão crítica em relação à falta de espaço do corpo no mundo atual, o que permeia todo o seu texto, desde a análise do material empírico até as conclusões. No entanto, o leitor fica sem saber os embasamentos teóricos que norteiam a postura da autora em defesa daquilo que chama de corporeidade.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de recente, é inegável que o interesse pelo tema da infância e adolescência excluída tem crescido progressivamente entre os pesquisadores.

Em levantamento bibliográfico feito por Alvim e Valladares (1988), foram localizados 22 trabalhos de pós-graduação sobre o tema da infância e juventude pobre, no período que compreende as décadas de 60, 70 e 80 até 1987, reunindo diversas áreas do conhecimento. Restritos à produção discente da pós-graduação em educação, pôde-se verificar o seu expressivo crescimento, sobretudo a partir de 1995.

Assim como Rosemberg (1993) aponta o problema da imprecisão conceitual em relação à elaboração das contagens e estimativas sobre o número de jovens excluídos, percebe-se que a produção discente é eivada de imprecisões tanto na designação do sujeito (menor, menino de rua, adolescentes em situação de risco, etc.) e na sua qualificação (pobre, excluído, marginalizado) como na ausência de distinção das fases de vida (infância e adolescência). Essa imprecisão também dificulta sensivelmente a elaboração de reflexões mais aprofundadas pelos pesquisadores.

Os pesquisadores imprimem um tom fortemente político aos seus trabalhos e, em geral, não conseguem desconstruir criticamente a imagem estereotipada das crianças pobres, tampouco o discurso de indignação ante à questão da infância.

No subtema Projetos Não-Estatais de Atendimento há uma questão de fundo presente na grande maioria dos trabalhos, que diz respeito às dificuldades e potencialidades de algumas ações que visam recuperar meninos de rua ou impedir que jovens pobres se envolvam com a criminalidade. A partir dessa interrogação, muitos pesquisadores se movimentam entre os vários programas sem conseguir se distanciar das intenções e motivações políticas que permeiam suas descrições e conclusões, sobretudo quando são atores dessas experiências.

Não se trata, aqui, de defender a neutralidade do pesquisador, mas de chamar a atenção para as conseqüências negativas de uma inserção política/profissional que não deixe espaço para a construção de abordagens teóricas adequadas à natureza do trabalho acadêmico. O tom político das pesquisas influencia diretamente o seu conteúdo, criando uma espécie de amarra que impede os trabalhos de avançarem na construção e explicação de problemáticas; o resultado é a repetição de perguntas, afirmações e relações em várias pesquisas, quando deveria ser observado um maior adensamento das problemáticas e um avanço das explicações.

Essa característica marcante das pesquisas no tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social* é conseqüência de um traço muito peculiar, que é o envolvimento pessoal dos autores com os programas investigados, seja como idealizadores, funcionários, coordenadores, seja como voluntários e militantes.⁹ A sobreposição dos papéis de pesquisador e funcionário/militante tem como saldo um tipo diferenciado de envolvimento dos autores com a realidade investigada e com a forma de analisá-la teoricamente. Parte substantiva das conclusões que avaliam esses projetos – sejam elas positivas, sejam negativas – derivam, em primeiro lugar, dessa perspectiva militante e, secundariamente, da análise do material empírico investigado. Há casos em que se nota um esforço do pesquisador para empreender uma análise que esteja distanciada, o máximo possível, dos seus envoltimentos emocionais.

A abordagem teórica utilizada pela produção discente nem sempre fica muito clara, mas há uma visível predominância das análises de cunho marxista. Algumas pesquisas conciliam escritos variados de Karl Marx e Friederick Engels com os de Michel Foucault, sobretudo do livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, e de Erving Goffman, do livro *Manicômios, prisões e conventos*; outras concentram-se exclusivamente em Goffman e Foucault, apoiando-se em suas críticas às instituições de internação. Em muitas delas, a discussão teórica remete a textos pertinentes ao tema abordado, mas não explicita uma única inspiração teórica; ao contrário, parece haver uma ampla utilização de trabalhos pertencentes a várias áreas do conhecimento e de orientações teórico-metodológicas também diversas, o que converge com uma tendência observada também em outras áreas que não a de Educação, que consiste na orientação predominantemente pluralista dos trabalhos acadêmicos e a pouca freqüência de trabalhos inspirados numa única tradição teórica. Essa característica exigiria do autor a capacidade de articular tais tradições, o que nem sempre ocorre, principalmente no momento correspondente ao mestrado.

No entanto, a enorme variedade de textos citados demonstra que o tema *Adolescentes em Processo de Exclusão Social*, no interior do qual haveria um núcleo denso de leituras básicas e indispensáveis à aproximação teórica com o objeto de estudo, ainda não está suficientemente consolidado como campo de pesquisa. Assim, alguns pesquisadores acham mais importante concentrarem-se na discussão do espaço da rua,¹⁰ enquanto outros buscam precisar teoricamente a categoria juventude¹¹ e outros, ainda, acham mais importante utilizar textos que abordem a questão da pobreza.¹²

A metodologia e os instrumentos de coleta de dados utilizados pelos pesquisadores não variam muito; em geral são estudos de caso de um programa de atendimento ou instituição, onde são

⁹ Das 46 teses e dissertações em que foi possível identificar a natureza da relação dos pesquisadores com os programas e instituições investigadas, notou-se que, em 22 delas (47,8%), os autores afirmaram manter relações profissionais e de militância especificamente com o projeto investigado. A porcentagem de trabalhos nessas condições é altíssima, considerando-se que não foram computados os casos em que o pesquisador assume ser militante e não explicita o local de atuação. Não foram somadas também as dissertações de Roberto da Silva, em que o pesquisador investiga prontuários de toda uma geração de ex-menores da qual ele próprio fez parte, e de Liliane Jorge, em que a autora trabalha com apenas três sujeitos que são seus alunos na escola pública.

¹⁰ Este é o caso da dissertação de Alberto Souza (1998), que se utiliza amplamente dos textos de Da Matta (1979, 1985 e 1991) e de Magnani (1984).

¹¹ Isso ocorre na dissertação de Tedrus (1996), que utiliza os escritos de Dubet (1987 e 1994), e em outras pesquisas que recorrem a Erikson (1976) e Ariès (1981).

¹² Nesse caso, recorre-se a diversos autores, destacando-se Kowarick (1975).

selecionados alguns sujeitos para serem submetidos a entrevista semi-estruturada. Identifica-se, também, a presença de trabalhos de cunho etnográfico, caracterizados pela ênfase nas observações e descrições do cotidiano investigado. Poucos são os estudos quantitativos envolvendo a análise de fichas/prontuários¹³ ou a aplicação de questionários estruturados.

Os pesquisadores, muitas vezes, declaram seu interesse em conhecer melhor o sujeito “menino de rua”, mas não empregam metodologias e instrumentos de coleta adequados para cumprir esse objetivo e muitos deles terminam reiterando características conhecidas, parte delas produto do senso comum, como a rebeldia e a desobediência. As características diferenciadas dos jovens excluídos aparecem em muitos trabalhos como a contrapartida da situação pobreza a que estão submetidos, sem que fiquem claros os mecanismos e processos que conduzem à construção daquilo que aparece como uma personalidade rebelde, independente ou violenta. O tipo de inserção desses sujeitos no universo juvenil mais amplo, caracterizado por formas peculiares de interagir com o mundo e com as outras gerações, não é abordado pelas pesquisas. Algumas apontam a importância dos grupos de pares para os meninos de rua, mas não chegam a discutir as razões que levam esses sujeitos a se aproximar social e afetivamente de outros jovens. Em suas explicações, os pesquisadores, em geral, remetem essa identificação com os pares à desestruturação do grupo familiar, como se o adolescente estivesse definitivamente desiludido com o mundo adulto e só lhe restasse o apoio dos jovens que compartilham com ele as mesmas experiências nas ruas ou nas instituições.

O campo temático como um todo é fortemente marcado por interesses e convicções políticas dos pesquisadores, que dizem respeito ora ao seu engajamento pessoal na questão da adolescência excluída, através da participação em projetos e programas de atendimento, ora por valores pessoais de indignação diante do abandono dessa parcela da juventude brasileira. Os trabalhos menos marcados politicamente são aqueles relativos ao subtema Personalidade e Comportamento, onde se encontra maior distanciamento dos pesquisadores e uma preocupação em validar cientificamente as opções teórico-metodológicas e os resultados obtidos. No entanto, deve-se salientar que os caminhos percorridos por estes trabalhos são atualmente bastante questionados, sobretudo em relação às metodologias empregadas. O uso indiscriminado de testes padronizados, por exemplo, muito em voga na década de 70 no Brasil, aparece condenado por boa parte dos psicólogos nas décadas posteriores.

No que tange às pesquisas vinculadas à temática do trabalho, seja em sua importância como princípio educativo em programas de atendimento, seja em seu papel como atividade precoce, nota-se que o ECA parece ter influenciado o interesse dos pesquisadores, já que as pesquisas se concentram na década de 90. No entanto, a complexidade de situações envolvidas na questão do trabalho infanto-juvenil (adequação, formas, relação com o universo familiar, sobretudo na sociedade agrária) derivadas, de um lado, da nova legislação e, de outro, das condições culturais, econômicas e familiares que o propiciam, foi pouco examinada pelos pesquisadores. Em boa parte, eles defendem ou justificam a atividade do trabalho em suas pesquisas (como princípio educativo, atividade de sobrevivência ou alternativa para desviar os jovens da criminalidade) e outros, ancorados na legislação atual e nas concepções de infância nela presentes, a condenam. No entanto, ainda há uma enorme carência de estudos sobre as ocupações efetivamente realizadas por adolescentes e sua importância para o grupo familiar e para o próprio sujeito, indicando, de fato, os caminhos possíveis para a erradicação da inserção precoce no mundo do trabalho.

A questão de gênero entre os adolescentes em processo de exclusão aparece somente em duas pesquisas (Silveira, 1989; Prates, 1998), o que corresponde a apenas 3,1% de toda a produção dedicada ao tema. O estudo de Cabral (1982), embora focalize meninas institucionalizadas, não aborda a questão de gênero, mas os problemas da institucionalização da infância e adolescência mediante o estudo de um centro feminino.

No conjunto de pesquisas analisadas, há uma questão teórica bastante presente que diz respeito à relação entre pobreza e criminalidade. A discussão sobre os jovens pobres urbanos remete

¹³ Entre eles, destaca-se o estudo de Roberto da Silva (1996), que realiza um trabalho empírico extenso e muito bem fundamentado.

diretamente, tanto nos noticiários da mídia quanto nas pesquisas acadêmicas, aos caminhos da marginalidade. Há um pressuposto de que a situação de carência econômica e afetivo-familiar conduza a juventude pobre às atividades delinquentes. Tal relação não é recente e tampouco diz respeito somente à realidade brasileira; ao contrário, a infância pobre tem sido objeto de preocupação como universo desestruturado e potencialmente desviante desde que o País deu início ao seu processo de industrialização e urbanização. Como destacam Alvim e Valladares (1988), em fins do século 19 já havia uma crescente preocupação de médicos, políticos e juristas com a infância abandonada ou desvalida, para citar um termo da época. Ao abordar as pesquisas, ressen-te-se da falta de uma problematização mais aprofundada dessa relação entre pobreza e criminalidade, que, se central na temática dos jovens excluídos, é também uma das questões mais importantes no pensamento sociológico brasileiro.

As lacunas apontadas não diminuem a importância do conjunto da produção discente em educação aqui analisado, pois, como já foi dito, trata-se de um campo temático em construção. Os estudos, em boa parte, especialmente aqueles que focalizam programas públicos de atendimento, cumprem um papel importante quando denunciam a ineficiência das instituições, um deles chegando a demonstrar que o Estado, através da Febem, é o responsável pela transformação de crianças órfãs em criminosos, futuros usuários do sistema penitenciário. As denúncias quanto à precariedade do atendimento público dirigido aos jovens excluídos acaba reforçando a importância, cada vez mais apontada nas pesquisas, da sociedade civil organizada, por meio de suas ONGs, universidades e instituições beneficentes, na busca de soluções e na oferta de melhores condições de vida a essa parcela da juventude brasileira. No entanto, ao localizar no Estado apenas as suas deficiências, sem investigar caminhos e políticas públicas mais adequadas, a produção de conhecimento na pós-graduação poderá alimentar indevidamente uma excessiva valorização das iniciativas não-públicas, em detrimento da necessária reformulação das concepções e práticas que orientam os serviços públicos destinados a esse segmento marginalizado dos jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Teses

- BARRETO, Márcia Simão Linhares. *O desenvolvimento moral de meninos de rua*. Porto Alegre, 1989. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. *Meninos institucionalizados: a construção de um caminho*. Marília, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- CRAIDY, Carmem Maria. *O analfabetismo do menino de rua como produção simbólica da exclusão social*. Porto Alegre, 1996. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- MOYSÉS, Lucia Maria Moraes. *Efeitos dos tratamentos de valorização pessoal e clarificação de valores sobre a auto-estima de menores institucionalizados*. Rio de Janeiro, 1982. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- QUEIROZ, Amélia Maria Noronha Pessoa de. *Semear: a construção da identidade e a conquista da cidadania*. Rio de Janeiro, 1996. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. *Palavras certas: passaporte para o trabalho*. Rio de Janeiro, 1997. 286 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Dissertações

ACIOLI, Márcia Hora. *Da casa invisível à escola inevitável: um estudo sobre movimentos simbólicos dos meninos e meninas de rua da rodoviária de Brasília*. Brasília, 1995. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília.

ALMEIDA, Maria do Socorro da Costa e. *Meninos de rua: um estudo sobre suas representações em relação a escola e ao trabalho*. Salvador, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

AMARAL, Rosali Maria Correa do. *Infância e Estado: a canção de ninar para a criança não dormir na rua*. Belém, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará.

AMAZONAS, Uilma Rodrigues de Matos. *O significado de uma alternativa educacional envolvendo educação e trabalho: um estudo do Sítio do Menor Trabalhador, em Itabuna*. Salvador, 1991. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

ARAGÃO, José Euzébio de Oliveira Souza. *O trabalho como elemento (re)educativo de adolescentes da classe trabalhadora: o caso de uma instituição de São Carlos*. São Carlos, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

ARANTES, Valério José. *Dificuldades de aprendizagem em menores institucionalizados*. Campinas, 1980. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

ASTIGARRAGA, Andréa Abreu. *Processos diferenciados de institucionalização da infância de rua em Fortaleza: projetos “Atleta do Ano 2000” e integração da criança a sociedade*. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.

AVELINO, Rosário Afonso Ribeiro. *O vínculo e a aprendizagem em adolescentes institucionalizados*. Uberlândia, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia.

BARROS, Salvina Pereira. *Meninos fora da escola*. Niterói, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

BOMFIM, Marisa Santos. *Egressos da Funabem: sua reintegração na sociedade*. Rio de Janeiro, 1987. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

CABRAL, Maria Angela Varella. *Estudo do “menor carente” na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem)*. Rio de Janeiro, 1982. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

CARDOSO, Maria Elisabeth de Oliveira. *Estudo de algumas características de infratores em regime de liberdade assistida no Juizado de Menores de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1981. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

- CARDOSO, Norma Aparecida. *Educação e cidadania: as representações sociais de cidadania de jovens e participação em contexto comunitário de educação*. Goiânia, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.
- CARVALHO, Isolda Paiva. *Centro da Juventude do Jardim do Éden: um estudo socioantropológico*. São Paulo, 1997. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- CORDEIRO, Ana Paula. *Os meninos da rua da descida: uma proposta de arte e vida através do teatro*. Marília, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- CORREA, Maria Lucia. *Meninos e meninas de rua: um olhar sobre suas vivências e as repercussões destas em um programa de atendimento*. Belo Horizonte, 1998. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- COUTO, Inalda Alice Pimentel. *Cama de gato: o emaranhado entre o Estado e a sociedade civil na internação da infância pobre brasileira*. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DANZIATO, Octavia de Carvalho Martin. *ONGs no Ceará: a prática social com adolescentes – demarcações históricas e discursivas*. Fortaleza, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.
- DOCKORN, Elis Jacqueline. *Vivências adolescentes em um ateliê de arte-educação*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- D'UNIAM, Clara Jéssica Vargas de. *O trabalho infantil e sua relação com a escola em países da América Latina*. Niterói, 1993. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense.
- FERREIRA, Monica Silva. *Da formação e inserção do adolescente no mundo do trabalho: um enfoque sobre os cursos de aprendizagem profissional e a educação – em pauta a Associação Cristã de Moços*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de. *Cotidiano e resistência: a vida de meninos e meninas de rua em João Pessoa-PB*. João Pessoa, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- FONSECA, Laura Souza. *Um olhar sobre um grupo de adolescentes que fazem de sua atividade na Ceasa/RS uma estratégia de sobrevivência, através das suas representações de trabalho, conhecimento e fome*. Porto Alegre, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GONÇALVES, Pedro César Kemp. *Escola alternativa: experiência de uma proposta pedagógica para crianças e adolescentes de rua*. Campo Grande, 1994. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.
- GUSTSACK, Felipe. *Sentidos da educação no discurso de jovens em situação de risco*. Porto Alegre, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- JORGE, Liliane dos Santos. *Crianças trabalhadoras: as articulações entre o trabalho na rua, a família e a escola*. Belo Horizonte, 1997. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- LUSTOSA, Ana Valeria Marques Fortes. *Julgamento moral, empatia e maquiavelismo em crianças e adolescentes em situação de rua*. Teresina, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Piauí.
- MAES, Alice Morales. *Meninos de rua e educação artística: um projeto de integração universidade-comunidade*. Curitiba, 1984. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná.
- MARANHÃO, Helder de Sousa. *Qualificação para o trabalho: uma proposta para o atendimento à criança e ao adolescente carentes no município de São José dos Campos, SP*. Campinas, 1989. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.
- MARCA, Joyce Vieira da Fonseca de. *O aluno institucionalizado e sua integração numa escola municipal*. Rio de Janeiro, 1992. 49 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MASCARENHAS, Monica Tereza Machado. *Meninos/as de rua: dos princípios gerais do Unicef a uma visão de atendimento local*. Rio de Janeiro, 1996. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MONTEIRO, Elaine. *Lendo com a boca e o pensamento: a oficina de literatura como diálogo com crianças de rua*. Rio de Janeiro, 1995. 360 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- MORENO, Rosângela da Silva. *Semeando a competência para o trabalho em meninos de rua*. Rio de Janeiro, 1991. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MUNHOZ, Airtton Tadeu Barros. *A criança e o trabalho: entre a rua e a escola*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- NASCIMENTO, Aurélio Eduardo. *Oficina de criação de mosaicos: uma experiência de educação pelo trabalho*. São Paulo, 1994. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Constantino Ribeiro de. *Menino de rua ou de um beco sem saída*. Piracicaba, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- OLIVEIRA, Juracy Galvão. *O menor abandonado: quem é esse?* São Paulo, 1991. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PANUNCIO, Maria Paula. *Crianças e adolescentes em situação de risco: entendendo a opção pela vida de rua*. Campinas, 1995. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

- PEREIRA, Eva da Cunha Pinheiro. *Prostituição e sexualidade: uma questão que envolve as meninas de rua*. Rio de Janeiro, 1995. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Rosângela Fátima Fernandes. *Jovens de baixa renda: realidade de um grupo excluído – estudo de caso sobre os jovens da região central de São Paulo*. São Paulo, 1997. 198p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- PERES, Vannuzia Leal Andrade. *Famílias de crianças em situação de rua: modos de vida, relacionamento*. Goiânia, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás.
- PINEL, Hiran. *Adolescentes infratores: sobre a vida, o autoconceito e a psicoeducação*. Vitória, 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.
- PRATES, Alda Beatriz. *Gênero e sexualidade na exclusão social da menina de rua*. Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SERA, Janete Cristina. *Educação social de rua: elementos para a formação de uma cidadania crítico-criativa*. Cuiabá, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso.
- SILVA, Alexandre Magno Tavares da. *Educação pelo trabalho: uma aventura pedagógica na “Comunidade de Menores” de rua – Caruaru-PE*. João Pessoa, 1995. 357 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba.
- SILVA, Betty Dantas. *As marcas precoces da exclusão: um olhar sobre o trabalho infanto-juvenil no Brasil*. Niterói, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.
- SILVA, Reginaldo de Souza. *O processo educativo de crianças trabalhadoras na rua*. São Carlos, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- SILVA, Roberto da. *A trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores: o processo de constituição da identidade delinqüente em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo, 1996. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- SILVEIRA, Regina Lucia Barros Leal da. *A menor-mulher: a dupla opressão*. Fortaleza, 1989. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.
- SOUZA, Alberto Cláudio Cirino de. *Meninos de rua ou rua de meninos*. Piracicaba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- SOUZA, Elaine Mary Moura de. *Valores de menores marginalizados em Porto Alegre*. Porto Alegre, 1989. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- SPENGLER, Marialva. *De menino de rua a cidadão no mundo: uma trajetória de vida*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TEDRUS, Maria Aparecida Lealdini. *Jovens: trabalho nas ruas e experiências de sociabilidade*. São Paulo, 1996. 1.184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- TIBÚRCIO, Larissa Kelly de Oliveira Marques. *As meninas da Casa Renascer: que corpo é esse?* Piracicaba, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.
- VECHIATTO, Elisabete Gomes Rodrigues. *A formação socioeducativa dos programas de educação complementar: os centros de juventude*. São Paulo, 1998. 106p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- WALGER, Américo Agostinho Rodrigues. *Dá licença, dona, podemos falar dessa coisa? A escola e suas implicações na visão de meninos de rua*. São Paulo, 1995. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- WESTPHAL, Regene Brito. *Projeto Se Essa Rua Fosse Minha: alternativa pedagógica para meninos de rua*. Niterói, 1995. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

Livros e Artigos

- ALVIM, Maria Rosilene B.; VALLADARES, Lícia do Prado. *Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura*. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 1988.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 1979.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- DUBET, François. *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard, 1987.
- _____. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994.
- ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *O discurso sobre criança de rua na década de 80*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 87, nov. 1993.